

ABRACICON

SABER

Publicação Trimestral da Academia
Brasileira de Ciências Contábeis

Experiências de enfrentamento de pós-graduandos em Contabilidade diante da pandemia da Covid-19

Por Iago França Lopes, Alison Martins Meurer e Fabiana Frigo Souza



Academia

Parceria entre ACCERJ e CRCRJ
disponibiliza livro de bolso do
Profissional da Contabilidade

Exclusiva Abracicon

Percepção dos estudantes de Ciência
Contábeis sobre a função dos tributos:
o caso de uma Instituição de Ensino
Superior da Região Metropolitana do
Recife/PE

Conversa Afínada

Entrevista com Werner
Lucena



ABRACICON
ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ICMS Ecológico: um estudo das publicações científicas na área de Ciências Contábeis

Resumo: Tendo em vista crescentes desdobramentos sobre a necessidade de uma melhor política ambiental, tanto no Brasil como no mundo, torna-se necessária a criação de ferramentas que possibilitem um incentivo para as gestões locais engajarem na preservação ambiental. Surge assim o ICMS Ecológico, em 1991, no Estado do Paraná, tendo alcançado 16 unidades federativas. No entanto, é necessário que profissionais contábeis estudem e investiguem o tema para uma melhor compreensão. Assim, o objetivo desta pesquisa foi verificar qual o panorama da produção científica sobre o ICMS Ecológico ou verde em periódicos contábeis vinculados à Associação Nacional de Programas de Pós Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT). Por meio de um estudo bibliométrico, verificou-se que em periódicos da área contábil ainda existe um número mínimo de investigações acerca da temática. No entanto, as Instituições de Ensino Públicas são mais expressivas na elaboração de artigos que discutam o assunto. Torna-se assim urgente a necessidade de incentivar pesquisadores para trazer mais contribuições para a temática.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. ICMS Ecológico. Meio Ambiente.

1 INTRODUÇÃO

Devido às transformações que o meio ambiente vem sofrendo pela ação do homem, a questão sobre preservação ambiental, que antes não tinha muita relevância para a sociedade, passou a ser



tratada com importância e preocupação. Situação que ilustra é o caso das praias nordestinas atingidas por manchas de óleo no final de agosto de 2019 que contaram com a ajuda de voluntários na limpeza das áreas atingidas (G1, 2019). Ainda assim, mesmo com a preocupação e esforço das pessoas em recuperar o meio ambiente os problemas avançam.

Com isso, é preciso citar também as tragédias ambientais ocorridas nas barragens de Brumadinho e Mariana. De acordo com Passarinho (2019), o Brasil poderia vir a se tornar a sede da pior tragédia humana provocada por rompimento de barragens de minério das últimas três décadas. Ambos os desastres deixaram danos irreparáveis ao meio

ambiente e um alto número de mortos, além dos que ficaram desaparecidos. Devido à gravidade dos desastres houve repercussão internacional. A degradação demasiada do meio ambiente pela ação humana, seja direta ou indireta, afeta o próprio ecossistema como também as pessoas, por isso esse tema tem chamado a atenção de autoridades globais (TINOKO, KRAEMER; 2008).

Cuidar e preservar o meio ambiente é dever de todos, a começar do Estado. De acordo com o Art. 225 da Constituição Federal de 1988 (CF) todos têm direito de desfrutar e o dever de cuidar do meio ambiente, cabendo ao Poder Público preservar e restaurar as áreas que necessitarem de atenção. Mas, segundo

Veiga (2019), a Associação Americana para o Avanço da Ciência comunicou que Estados Unidos e Brasil passaram a liderar uma tendência mundial preocupante de grandes retrocessos na política ambiental, colocando em risco centenas de áreas protegidas.

Diante do contexto de problemas ambientais que o mundo já enfrentou e ainda enfrenta, bem como da necessidade de investimentos na preservação ecológica, surge, no ano de 1970, a contabilidade ambiental, servindo para auxiliar no processo de preservação do meio ambiente e para mostrar o importante papel que ela tem para com a conservação do ecossistema. Então, diante de tais acontecimentos, a contabilidade vem criando estudos para entender melhor sobre os danos ambientais e suas consequências. De acordo com Costa (2012), por meio da identificação e evidência das informações que a contabilidade dispõe, os danos causados ao meio ambiente já são investigados e estudados em vários países do mundo, ou seja, a área contábil, por meio da contabilidade ambiental, têm se preocupado com tais questões ambientais e vêm se engajando cada vez mais no assunto.

Com isso, surgem ferramentas utilizadas para incentivar as causas ambientais, entre elas o ICMS Ecológico ou Verde (ICMS-E). O ICMS-E é um recurso que vem sendo instituído pelos estados brasileiros para compensar financeiramente os municípios que têm áreas protegidas e, devido a isso, não podem exercer atividades nesses solos, para que essas áreas continuem salvas, garantindo a preservação. Com essa ferramenta, os municípios estão sendo incentivados a proteger ainda mais essas áreas, a criar novas áreas de preservação e também melhorar a qualidade das que já existem, pois quanto mais o município cuida do meio ambiente, mais ele recebe incentivos financeiros para continuar sua gestão (XERENTE; BILAC, 2018).

Até o momento de realização desta pesquisa somente 16 estados do Brasil eram regulamentados com o ICMS Ecológico. O Paraná foi o primeiro estado brasileiro a aderir essa medida tributária no ano de 1991, após isso vieram outras unidades federativas. Vialli (2017) apontou que o diretor de políticas de desenvolvimento territorial do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Eugênio Pantoja, disse que no Pará os municípios com maior índice de regularização ambiental são justamente os que recebem repasse do ICMS verde. Ou seja, a aplicação desse tributo incentiva ainda mais os municípios na preservação ambiental. Desse modo, pode-se citar também o estado de Pernambuco, que além do imposto motivar os cuidados com o ecossistema, ainda contribui para melhoria das condições de saúde e educação (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2019).

Logo, cuidar do meio ambiente é papel da sociedade e principalmente das políticas públicas. E, pensando nisso, o ICMS Ecológico vêm sendo um incentivador

de preservação ambiental de inúmeros municípios brasileiros, associando-se à área contábil no que diz respeito à preocupação com a natureza. Assim, a contabilidade pode discutir o assunto por meio de pesquisas, auxiliando, mensurando, registrando e analisando os acontecimentos ambientais, trazendo melhor compreensão sobre o tema e um melhor entendimento.

Diante do contexto discutido, surge o seguinte problema de pesquisa: Qual o panorama da produção científica sobre o ICMS Ecológico ou Verde nos periódicos contábeis vinculados à Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT)? Como fonte de dados, foram escolhidos os periódicos vinculados ao ANPCONT por serem aqueles relacionados de forma mais específica à área contábil. Sabe-se que estudos contábeis podem ser encontrados em revistas de outras linhas do conhecimento, no entanto, para fins de um panorama mais específico da ciência em questão, optou-se por restringir aos periódicos mais específicos do setor selecionado. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é verificar qual o panorama da produção científica sobre o ICMS ecológico ou verde nos periódicos contábeis vinculados à Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT).

Esta pesquisa justifica-se por apresentar o que vem sendo abordado sobre o ICMS ecológico, podendo possibilitar a outros pesquisadores a busca direta na fonte de informações sobre o assunto. Com isso, este estudo pode contribuir na possibilidade de ampliação de novas pesquisas no meio acadêmico e poder levar à reflexão sobre pontos que ainda podem ser estudados e também sobre quais as regiões mais carentes de investigações sobre o tema. Vale ressaltar



que essa pesquisa tem um diferencial em relação ao estudo de Souza et al. (2018), que foi realizado sobre o mesmo tema, pois o presente trabalho focará somente nos periódicos da área contábil, trazendo um refinamento à pesquisa, enquanto que o estudo anterior manteve o foco nos artigos de revistas científicas diversas,

independente da área de conhecimento que o tema foi abordado.

Vale ressaltar que esta pesquisa é relevante para os municípios, visto que parte do ICMS arrecadado volta para a localidade, e eles precisam estar cientes que devem destinar uma parte dessa

contribuição às causas de proteção ambiental. Diante dos recursos recebidos pelos municípios, em prol da conservação do meio ambiente, é importante que as pessoas saibam desse repasse, para que assim possam cobrar mais da gestão local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Quadro 1 – Resumo do ICMS Ecológico nos estados brasileiros.

Estados	% de destinação	Legislação	Critérios para recebimento do ICMS ecológico
Acre	20,00	Lei Estadual n.º 1.530/2004	Unidades de conservação ambiental
Amapá	1,40	Lei Estadual n.º 322/1996	Unidades de conservação ambiental
Ceará	2,00	Lei Estadual n.º 14.023/2007	Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente
Goiás	5,00	Lei Complementar n.º 90/2011	Unidades de conservação ambiental/mananciais para abastecimento público
Mato Grosso	7,00	Lei Complementar n.º 73/2000 Lei Complementar n.º 157/2004	5% unidades de conservação ambiental, terras indígenas e saneamento
Mato Grosso do Sul	5,00	Lei Complementar n.º 157/2004 Lei Estadual n.º 2.193/2000 Lei Estadual n.º 2.259/2001	Unidades de Conservação ambiental, terras indígenas e resíduos sólidos
Minas Gerais	1,35	Lei Estadual n.º 12.040/1995 revogada pela Lei Estadual n.º 13.803/2000	0,5% unidades de conservação ambiental, 0,5% índice de saneamento ambiental, 0,1% ocorrência de mata seca e 0,25% recursos hídricos
Pará	8,00	Lei Estadual n.º 7.638/2012	2% áreas protegidas e de uso especial, 2% estoque mínimo de cobertura vegetal e a redução do desmatamento e 4% obter Cadastro Ambiental Rural (CAR)
Paraná	5,00	Lei Complementar n.º 59/1991	Unidades de conservação ambiental e mananciais de abastecimento
Pernambuco	3,00	Lei Estadual n.º 11.899/2000	1% unidades de conservação ambiental e 2% sistemas de tratamentos ou de destinação final de resíduos sólidos
Piauí	5,00	Lei Ordinária n.º 5.813/2008	Selo ambiental
Rio de Janeiro	2,50	Lei Estadual n.º 2.664/1996 Lei Estadual n.º 5.100/2007	Unidades de Conservação 1,125% (desse percentual, 20% serão computados para as áreas criados pelos municípios) 0,75% índice de Qualidade Ambiental dos Recursos Hídricos e 0,625% coleta e disposição dos resíduos sólidos
Rio Grande do Sul	7,00	Lei Estadual n.º 11.038/1997	Áreas de Preservação Ambiental e aquelas inundadas por barragens exceto aquelas localizadas no município sede de usinas hidrelétricas
Rondônia	5,00	Lei Complementar n.º 147/1996	Unidades de conservação ambiental
São Paulo	1,00	Lei Estadual n.º 8.510/1993	Unidades de conservação ambiental e reservatórios para abastecimento de água
Tocantins	13,00	Lei Estadual n.º 1.323/2002	2% Política Municipal de Meio Ambiente 3,5% Unidades de Conservação e Terras Indígenas 2% Controle de queimadas e combate a incêndios 2% Conservação dos Solos 3,5 % Saneamento Básico e Conservação da Água

Fonte: adaptado de Brito e Marques (2017)

2.1 IMCS VERDE: ASPECTOS GERAIS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), criado pela Constituição Federal de 1988, o qual é regulamentado de acordo com a Lei Complementar n.º 87/1996, é de competência estadual sendo repassados aos municípios 25% do valor arrecadado e, destes 25%, um quarto deve ser distribuído às gestões locais de acordo com o que dispuser a lei estadual, e o restante de acordo com a proporção do Valor Adicionado Fiscal (VAF).

Com base no Art. 158 da Constituição Federal de 1988, o ICMS Ecológico foi estabelecido com o intuito de cumprir as restrições legais ambientais existentes, com dado valor repassado para os municípios. Loureiro (2003) traz uma definição para tal instrumento tributário:

[...] denomina-se ICMS ecológico a qualquer critério, ou critérios, relacionados à busca de solução para problemas ambientais. Tais critérios são utilizados para a determinação do "quanto" cada município deverá receber na repartição dos recursos financeiros arrecadados através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. ICMS (LOUREIRO, 2003, p.30).

O ICMS Ecológico surgiu no Brasil, no Estado de Paraná, em 1991, por meio de Lei Complementar. Ele foi criado, pois o Estado sentiu a necessidade de modernizar as políticas ambientais e assim iniciou a cobrança de impostos, possibilitando a melhoria na qualidade de vida. Tendo em vista essa realidade evidenciada, por meio de resultados positivos da experiência vivenciada pelo Estado do Paraná, vários estados da nação criaram leis contemplando critérios ambientais para o rateio da cota-parte do ICMS (ASSIS, 2008).

“O Paraná foi o primeiro estado brasileiro a aderir essa medida tributária no ano de 1991, após isso vieram outras unidades federativas. Vialli (2017) apontou que o diretor de políticas de desenvolvimento territorial do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia”

É necessário ressaltar que o ICMS Ecológico/Verde é um instrumento importante que contribui para o incentivo de melhoria da gestão ambiental e do crescimento econômico. Segundo Fiuza (2004), o ICMS Ecológico apresenta dois focos principais: a conservação e a compensação. O primeiro estimula os municípios a adotarem iniciativas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, por meio da criação de unidades de conservação, pela manutenção de áreas já criadas e pela incorporação de propostas que promovam o equilíbrio ecológico, a equidade social e o desenvolvimento econômico. O segundo recompensa, os municípios que possuam áreas protegidas em seu território. Contudo, o ICMS-E já está presente em 16 estados. O Quadro 1 resume a legislação e os critérios utilizados em cada unidade da Federação que adotou o ICMS Ecológico.

Segundo Viegas (2016) a resolução da Secretária Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (Semade) revela que 63 dos 79 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul aderiram ao ICMS-E. Com isso, destes 63, três municípios se destacaram que foram Jateí com índice de 12,5656, Alcínópolis com 12,4516 e Taquarussu com 9,9528. Destaca-se o Município de Marliéria, em Minas Gerais, que tem seu ICMS per

capita maior do que os municípios de maior porte por causa do seu ICMS Verde, tendo 76% do seu território coberto por duas unidades de conservação (VIALLI, 2017).

Com isso, destaca-se o campo fértil existente nessa temática para pesquisas da área contábil. No entanto, para a realização de um levantamento da literatura sobre o assunto e as características dos trabalhos publicados é importante conhecer a técnica de bibliometria sobre o que se debruça a próxima subseção.

2.2 ESTUDOS BIBLIOMÉTRICOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

De acordo com Araújo (2006), a bibliometria consiste no estudo de técnicas estatísticas e matemáticas para apresentar formas da literatura e de análise quantitativa da informação. A bibliometria é composta de três leis: Lotka ou Lei do Quadrado Inverso, Bradford e Zipf. Lotka propõe que um número restrito de pesquisadores produz muito em determinada área de conhecimento, enquanto um grande volume de pesquisadores produz pouco. Lotka identificou que grande parte da produção científica é produzida por poucos autores (MACHADO JÚNIOR et al; 2014).

A Lei de Bradford, ainda de acordo com Machado Júnior et al. (2014), reflete sobre os grupos de periódicos. Percebeu-se que um reduzido número de periódicos debate determinado assunto de modo mais amplo, como também uma vasta região periférica dividida em zonas. Nessas zonas são refletidos o acréscimo do número de periódicos, que diminui a produção de artigos de assuntos específicos publicados. E por fim, a Lei de Zipf baseia-se em medir a repetição das palavras em vários textos, ocasionando uma lista estruturada de termos de um determinado assunto (MACHADO JÚNIOR et al., 2014).

A bibliometria tem sido utilizada em diversas ciências, inclusive a contábil, com o objetivo de evidenciar o estado da arte sobre determinados temas. O Quadro 2 traz alguns exemplos de pesquisas bibliométricas já realizadas no contexto nacional da contabilidade.

Tal como pode ser visto, os estudos abrangeram diversas áreas da contabilidade, sendo que apenas um foi encontrado sobre a temática de ICMS ecológico. No entanto, a atual pesquisa se diferencia da anterior por filtrar os estudos para revistas específicas da área contábil e ampliar o espaço temporal do estudo.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois, de acordo com Gil (2010, p. 27), pesquisa descritiva é aquela que descreve, estuda e levanta opinião de características, a fim de identificar possíveis relações entre variáveis. Assim, esta pesquisa irá realizar um levantamento das pesquisas contábeis sobre ICMS verde, verificando elementos como autores de mais relevância sobre o estudo desse tributo, as características

Quadro 2 – Resumo das áreas contábil que adotaram a metodologia do estudo bibliográfico.

Autor	Área	Revista da publicação
Freitas et al. (2012)	Contabilidade ambiental	Ambiente Contábil
Oliveira, et al. (2012)	Pesquisa Contábil	Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí (Reavi)
Teixeira, L. Ribeiro, M. (2014)	Contabilidade Ambiental	Revista de Gestão Social e Ambiental (RGSA)
Araújo et al. (2014)	Perícia Contábil	Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI (Gecont)
Anjos et al. (2015)	Perícia Contábil	Revista de Contabilidade da UFBA
Rodrigues et al. (2016)	Contabilidade no terceiro setor	Contexto
Barbosa. Martins, (2016)	Ética na contabilidade	Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade (RAGC).
Anjos et al. (2016)	Mercado de Capitais em Contabilidade	Contexto
Almeida et al. (2016)	Contabilidade tributária	Contexto
Barros, et al. (2018)	Contabilidade do Terceiro Setor	Revista de Administração e Contabilidade (ReAC)
Cunto, Mota Nogueira (2018)	Ética Contábil	Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI (Gecont)
Souza et al. (2018)	ICMS Ecológico	Revista Brasileira de Contabilidade

Fonte: elaboração própria.

metodológicas, instituições de ensino com maior número de pesquisas sobre o tema, tudo isso com base nos periódicos que serão analisados.

Outrossim, a pesquisa tem características de um estudo tanto qualitativo quanto quantitativo. O olhar quantitativo existe porque serão verificadas variáveis numéricas, tais como: quantidade de artigos publicados, instituições de ensino mais proeminentes sobre o tema, entre outros. De acordo com Boaventura (2004), pesquisa quantitativa é aquela que utiliza maior número de variáveis para se obterem os dados, como dados estatísticos, média, mediana, etc. Também serão verificadas variáveis qualitativas como, por exemplo, principais temáticas discutidas nos artigos. De acordo com Rampazzo e Corrêa (2013, p. 70), a pesquisa qualitativa procura

aprofundar os conhecimentos que os atores sociais dão ao fato para interpretar e analisar conteúdos sobre os estudos.

Nota-se que os artigos foram extraídos dos periódicos vinculados à ANPCONT, compondo assim a amostra da pesquisa. Define-se amostra, segundo Rampazzo e Corrêa (2013, p. 87), como “[...] a representação menor de um todo maior, a fim de que o pesquisador possa analisar um dado universo [...]”.

Em relação às variáveis analisadas, vale destacar que foram adaptadas do estudo de Almeida et al. (2017), que é uma pesquisa bibliométrica da produção científica brasileira na contabilidade tributária. O artigo citado anteriormente foi escolhido por abranger os diversos aspectos concernentes ao estudo bibliométrico. Assim, as variáveis

adotadas estão esquematizadas no Quadro 3, a seguir.

Pode-se destacar que, adicionalmente, foi verificado o ano de maior número de pesquisas, juntamente com essa temática. Nesse sentido, o ano em que o ICMS verde teve início foi, segundo Sousa, Nakajima e Oliveira (2011), no ano de 1991 no Estado do Paraná, por uma aliança do poder estadual com os municípios, que será o período inicial de análise da pesquisa, enquanto o período final foi o ano de 2019, por ser o ano mais recente ao período de realização do estudo.

Em relação à análise quantitativa, utilizaram-se as técnicas da estatística descritiva, tais como média e frequência por meio do Excel. Já para a análise qualitativa, no que tange às temáticas, foram construídas nuvens de palavras, que permitiram a visualização de quais as expressões mais utilizadas pelos autores. Para a criação das nuvens de palavras

Quadro 3- Características Bibliométricas

Variáveis		Metodologia de Análise	Nomenclatura assumida
Tipo	Especificação		
Periódicos	Nome.	Informado no sítio.	Organização e separação.
	Quantidade de Artigos.	Contagem manual.	Quantidade numérica.
Artigo	Título.	Informado no sítio.	Classificação dos artigos por área.
	Ano.	Contagem manual.	Quantidade numérica.
	Resumo.	Informado no sítio e/ou no corpo do artigo.	Delimitação da principal temática do artigo.
	Natureza da metodologia.	Análise Manual.	Ensaio/ Proposição de Modelo de Gestão/Revisão de Literatura/ Qualitativo/ Quantitativo/ QualiQuanti.
Autores	Quantidade de publicações.	Contagem de Autores Principais.	Quantidade numérica.
	Afiliação e redes de relação entre as instituições de afiliação.	Declaração pelo autor e em caso de dúvida, se buscou resposta no currículo lattes ou pesquisa no Google.	Instituição a qual os autores possuem vínculo empregatício.

Fonte: Almeida et al. (2017, p. 41)

foi utilizada uma ferramenta on-line. E mais, como recomendado por Dias et al. (2014), excluiu-se termos como: artigos, preposições, conjunções, pois se tornam irrelevantes para a análise.

4 RESULTADOS

Considerando o prosseguimento do objetivo geral e a busca da resposta do problema de pesquisa, foi observado, inicialmente, a quantidade de revistas obtidas nos periódicos contábeis vinculados à ANPCONT, que foram 35 revistas, sendo parte da amostra da pesquisa. Com isso, destas 35 revistas, em apenas 5 foram encontrados artigos da temática de ICMS Ecológico e ICMS Verde, que representam em percentual 14,28% do total de revistas. Devido a essa pequena quantidade de periódicos com publicações sobre o tema, é notável que a área contábil necessita pesquisar mais sobre o assunto.

Das 5 revistas, foram encontrados 8 artigos da área de ICMS-E e ICMS Verde que, foram publicados nos anos de 2007, 2010, 2012, 2014, 2016, 2017 e 2018. Em cada ano foi publicado apenas um artigo, sendo o ano de 2017 o único a ter dois trabalhos publicados sobre o



tema. Comparando-se o ano de início dos artigos publicados, 2007, com o período da lei de criação do ICMS Verde ou Ecológico, que foi, segundo Sousa et al. (2010), no ano de 1991, no Estado do Paraná, podemos concluir que os pesquisadores dessa área demoraram para iniciar a discussão sobre o assunto.

Em geral, os objetivos dos artigos alcançados tratavam do repasse do ICMS Ecológico, como no caso dos artigos de Leonardo e Oliveira (2007), Santos et al. (2017) e Conceição et al. (2018), retratando o repasse dentro dos seus respectivos municípios Maringá, Araguacema e nos estados nordestinos. O artigo de Uhlmann et al. (2010) abordou o nível de informações da política pública do ICMS Ecológico. Silva (2017) analisou se a adoção de critérios sociais poderia proporcionar uma maior participação no valor recebido do ICMS-E. Ferreira et al. (2016) analisaram o impacto da distribuição do ICMS Ecológico nas despesas na função gestão ambiental. Souza et al. (2014) analisaram o perfil das publicações brasileiras sobre ICMS-E e, por fim, Souza e Aragão (2012), tiveram como objetivo conhecer as ações implementadas do ICMS com fim ecológico. Esses objetivos são mostrados de forma mais clara no Quadro 4, que também destaca os títulos dos trabalhos, as revistas onde foram publicados.

A análise das principais palavras-chave presentes foi feita a partir da construção de uma nuvem de palavras, que buscou ilustrar a presente pesquisa sobre ICMS-E, revelada a seguir na Figura 1. É notável que a nuvem de palavras possibilita a identificação das palavras mais frequentes nos resumos, que foram "ICMS", "Ecológico", "Conservação", "Unidades", entre outras que denotam regiões de preservação ambiental

Quadro 4: Objetivos dos artigos.

Artigo	OBJETIVOS	REVISTA (ANO)
ICMS Ecológico: Uma iniciativa dos governos estaduais para a preservação ambiental.	Apresentar os critérios de repasse do ICMS Ecológico no Município de Maringá.	Revista Reflexão Contábil (2007).
Conhecimento dos gestores públicos sobre o instrumento de política pública ICMS Ecológico nos municípios da quarta colônia de imigração italiana do RS.	Investigar o nível de informação a respeito do instrumento de política pública do ICMS Ecológico possuído pelos gestores públicos dos municípios pertencentes à Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS.	Revista Reflexão Contábil (2010).
ICMS Ecológico e preservação ambiental: uma análise da evolução do quociente entre a dotação atualizada da rubrica gestão ambiental e o orçamento atualizado dos municípios da zona da mata de Minas Gerais.	Analisar o impacto da distribuição do ICMS Ecológico nas despesas na função gestão ambiental, relativizadas em comparação com o orçamento atualizado, dos municípios localizados na Região da Zona da Mata Mineira.	Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ (2016).
Efeitos distributivos da cota-parte do ICMS aos municípios sergipanos: impactos de uma nova metodologia de cálculo.	Analisar se a adoção de critérios sociais poderia proporcionar aos pequenos municípios sergipanos uma maior participação no valor recebido a título de repasse da cota-parte do ICMS.	Gestão, Finanças e Contabilidade (2017).
O ICMS Ecológico como Incentivo para Implementação de Políticas Públicas Ambientais no Município de Marliéria (MG)1.	Conhecer as ações implementadas a partir dos recursos oriundos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços com fim Ecológico (ICMS Ecológico) no município de Marliéria (MG), e as situações específicas vivenciadas por esse município em função dessa prática.	Revista de Administração e Contabilidade. Faculdade Anísio Teixeira (FAT) (2012).
ICMS ECOLÓGICO: Um Estudo Sobre os Benefícios ao Município de Araguacema – TO.	Demonstrar como o Município de Araguacema TO poderá obter maior participação no repasse do ICMS Ecológico;	Revista de Administração e Contabilidade. Faculdade Anísio Teixeira (2017).
Adoção do ICMS Ecológico nos estados da região Nordeste e os critérios de repasse para os municípios.	Investigar e comparar os critérios que definem os repasses decorrentes do ICMS Ecológico nos estados nordestinos.	Revista Brasileira de Contabilidade – RBC (2014).
Análise bibliométrica do perfil dos estudos acerca do Imposto Sobre Operação Relativa à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico no Brasil.	Analisar o perfil das publicações brasileiras sobre ICMS ecológico.	Revista Brasileira de Contabilidade – RBC (2018).

Fonte: elaboração própria



("mata" referindo-se à zona da mata e RPPN que refere-se à Reserva particular do patrimônio natural). Além disso, aspectos envolvendo os "gestores", "políticas". Assim, entende-se que os principais pontos tratados nos trabalhos analisados são relativas à legislação do ICMS Ecológico e às áreas e unidades de conservação ambiental.

A principal forma de coleta de dados nos trabalhos analisados foi pesquisa bibliográfica, documental, estudo de caso e análise de conteúdo, tal como fica claro no Quadro 5. Além disso, os artigos utilizaram mais o método qualitativo sendo 62,5%, 25% para abordagem mista e 12,5% para quantitativo, mostrando assim que o principal método usado pelos autores foi baseado no caráter subjetivo, com narrativas escritas ou faladas.

Em relação aos autores com maior número de pesquisas, foi verificado que dos 8 artigos encontrados, todos são de autores diferentes, ou seja, não houve autores com duas ou mais pesquisas sobre esse assunto. Verificou-se também a instituição de ensino dos pesquisadores e concluiu-se que 76% dos autores são de instituições públicas, enquanto que 24% são de instituições privadas. Assim, esses dados mostram como as universidades públicas são importantes para a realização de pesquisas (LOPES, 2019).

Nesse sentido, verificou-se também se as instituições de ensino de pesquisa são aquelas onde os estados adotaram o ICMS Verde e constatou-se que em 50% (7 de 14) das instituições os estados adotaram o ICMS-E. Assim, as pesquisas sobre ICMS-E são de quantidades iguais tanto nos estados que adotaram essa ferramenta tributária quanto nos que não.



Figura 1 – Nuvem de palavras
Fonte: elaboração própria.

Quadro 5: Apresentação dos resultados da metodologia dos artigos.

Artigo	Procedimento de Coleta de dados	Abordagem Qualitativa / Quantitativa
ICMS Ecológico: Ativa dos governos estaduais para a preservação ambiental.	Pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo.	Qualitativo.
Conhecimento dos gestores públicos sobre o instrumento de política pública ICMS Ecológico nos municípios da quarta colônia de imigração italiana do RS.	Entrevista estruturada.	Qualitativo.
ICMS Ecológico e preservação ambiental: uma análise da evolução do quociente entre a dotação atualizada da rubrica gestão ambiental e o orçamento atualizado dos municípios da zona da mata de Minas Gerais.	Pesquisa documental.	Qualitativo.
Efeitos distributivos da cota-parte do ICMS aos municípios sergipanos: impactos de uma nova metodologia de cálculo.	Análise documental.	Quantitativo.
O ICMS Ecológico como Incentivo para Implementação de Políticas Públicas Ambientais no Município de Marliéria (MG) ¹ .	Pesquisa bibliográfica e estudo de caso.	Qualitativo.
ICMS ECOLÓGICO: Um Estudo Sobre os Benefícios ao Município de Araguacema – TO.	Estudo de caso.	Qualitativo.
Adoção do ICMS Ecológico nos estados da região Nordeste e os critérios de repasse para os municípios.	Estudo comparativo.	Misto.
Análise bibliométrica do perfil dos estudos acerca do Imposto Sobre Operação Relativa à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico no Brasil.	Método da análise de conteúdo.	Misto.

Fonte: elaboração própria

Podemos citar que a presente pesquisa é semelhante a de Souza et al. (2018), visto que também é um artigo de pesquisa bibliométrica sobre o ICMS ecológico. Porém, diferencia-se pela fonte de dados, pois, enquanto esse escolheu os periódicos contábeis vinculados à ANPCONT, por estarem relacionados especificamente à área contábil, o outro escolheu analisar as publicações brasileiras sobre o ICMS-E, sendo um estudo mais genérico. Além disso, foi adotada uma nuvem de palavras, destacando quais palavras-chave mais predominavam nos textos. Desse modo, esse estudo específico dos periódicos da ANPCONT complementou o arcabouço de pesquisas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como propósito somar na literatura existente, essa pesquisa teve como objetivo verificar qual o panorama da produção científica sobre o ICMS Ecológico ou Verde nos periódicos contábeis vinculados à ANPCONT. Foi realizado estudo bibliométrico entre os anos de 1991, que foi o ano em que o ICMS-E teve início, e 2019, por ser o ano mais recente ao período de realização desse estudo.

Apenas 8 artigos foram encontrados na temática em 5 das 35 revistas averiguadas, ou seja, isso quer dizer que a área contábil necessita pesquisar mais

sobre o tema, visto que é um assunto que trata de sustentabilidade sendo muito importante para a conservação do meio ambiente.

A partir dos resultados obtidos, foi verificado que 76% dos são de instituições públicas. Com isso, fica patente o quanto tais entidades são importantes nas pesquisas científicas. No entanto, não há diferença entre os estados, visto que as pesquisas partem tanto de regiões com regulamentação sobre o ICMS Ecológico como de locais sem tal instrumento.

Esta pesquisa se limita à análise apenas dos periódicos contábeis vinculados à ANPCONT. Por isso, para futuras pesquisas é esperado que haja um levantamento mais detalhado, por exemplo, em revistas de outras linhas de conhecimento, pois sabe-se que estudos contábeis podem ser encontrados nestas fontes. E também, que tente verificar as causas da não implementação do ICMS Ecológico por alguns dos estados brasileiros.

Em suma, esse trabalho pôde contribuir para a área contábil pelo fato de ser um tema pouco abordado no estudo científico, pois o ICMS-E teve início em 1991 e desde então vem sendo pouco discutido, mesmo sendo um assunto de relevância para a preservação ambiental. Mas esse recurso poderia ser utilizado também para questões de saúde,

educação e saneamento básico, como é possível exemplificar no caso do estado de Pernambuco, que além do tributo motivar os cuidados com o ecossistema, ainda contribui para melhoria das condições de saúde e educação (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2019).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. F. C.; MACHADO, M.R.R.; MACHADO, L.S.; ZANOLLA, E. Análise bibliométrica da Produção Científica Brasileira em Contabilidade Tributária. *ConTexto*, v. 17, n. 35, p. 36-54, jan./abril. 2017.
- ANJOS, C.E.L.; PEDERNEIRAS, M.M.M.; LOPES, J.E.G.; MENEZES, D.C.C.L.; MACÊDO, J.M.A. Mercado de capitais como foco das pesquisas em contabilidade: Um estudo bibliométrico da produção científica nacional. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 16, n. 33, p. 128-145, maio/ago. 2016.
- ANJOS, C.E.L.; MACÊDO, J.M.A.; PEDERNEIRAS, M.M.M.; SOARES, Y.M.A. Produção Científica na área de perícia contábil: Um estudo bibliométrico em periódicos nacionais. *R. Cont. Ufba*, Salvador- Ba, v. 9, n. 3, p. 48 – 63, set-dez 2015.
- ARAÚJO, C.A.Á. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. Em *Questão*,



Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

ARAÚJO, J.G.N.; MEIRA, J.N.; LOPES, L.C.; MEDEIROS, P.M.; SOEIRO, T.M. Um estudo bibliométrico sobre as características dos artigos de perícia contábil. *GECONT*, v. 1, n. 2. Florianópolis, Jul-Dez. 2014 p. 23-41.

ASSIS, P.C. ICMS Ecológico como indutor da preservação ambiental em municípios de baixo IDH no estado da Bahia. 2008. 140f. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

BARBOSA, A.C.; MARTINS, V.F. A ética para os profissionais da Contabilidade: Um estudo bibliométrico. *RAGC*, v. 4, n. 15, p. 01-14/ 2016.

BARROS, A.; FRAZÃO, D.; BARTOLLUZZIO, A.; SANTOS, M.; VILELA, M. Contabilidade do terceiro setor: Um estudo bibliométrico nos principais congressos de Contabilidade do Brasil. *ReAC – Revista de Administração e Contabilidade*. Faculdade Anísio Teixeira (FAT), Feira de Santana-Ba, v. 10, n. 2, p. 2-14, maio/agosto, 2018.

BOAVENTURA, E.M. Metodologia de pesquisa: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 12 de novembro de 2019.

BRITO, R.O.; MARQUES, C.F. Pagamento por serviços ambientais: Uma análise do ICMS Ecológico nos estados brasileiros. Planejamento e políticas públicas | ppp | n. 49 | jul./dez. 2017.

COSTA.C.A.G. Contabilidade Ambiental: mensuração, evidência e transparência. São Paulo: Atlas, 2012.

CUNTO, R.; MOTA, M.; NOGUEIRA, L. Estudo bibliométrico sobre a ética contábil em periódicos nacionais. *GeCont*, v. 5, n. 1, Florianópolis, Jan-Jun. 2018.

DIAS; M.S.A.; PARENTE; J.R.F.; VASCONCELOS, M.I.O.; DIAS, F.A.C. Intersetorialidade e Estratégia Saúde da Família: tudo ou quase nada a ver? *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(11), 2014.

FIUZA, A.P. ICMS Ecológico – Um Instrumento para a Gestão Ambiental. Publicado em: <<http://www.mt.trf1.gov.br/jud5/icms.htm>>. Acesso em: 27 de novembro de 2019.

FREITAS, D.P.S.; QUARESMA, J.C.C.; SCHMITT, S.R.Z.; QUINTANA, A.C. Contabilidade ambiental: Um estudo bibliométrico em revistas científicas brasileiras. *Revista Ambiente Contábil – UFRN – Natal –RN*. v. 4, n. 1, p. 72 – 88, jan./jun. 2012.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, R.J. Universidades públicas produzem mais de 90% da pesquisa do país; resta saber até quando. *FOLHA DE SÃO PAULO* (Online). Publicado em 04 de abril de 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldojoselopes/2019/04/universidades-publicas-produzem-mais-de-90-da-pesquisa-do-pais-resta-saber-ate-quando.shtml>>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

LOUREIRO, W. Experiências nacionais e internacionais de incentivos à conservação ambiental. 2003. Monografia

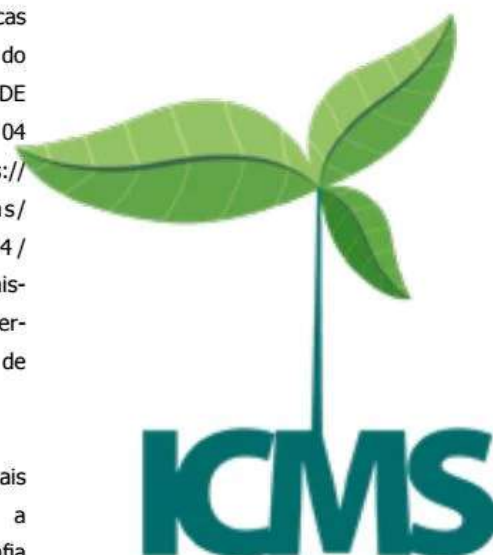
(Pós-graduação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

MACHADO JÚNIOR, C.; SOUZA, M.T.S.; CAMPANÁRIO, M.A.; PARISOTTO, I.R.S. Análise da Viabilidade de Utilizar as Leis da Bibliometria em Diferentes Bases de Pesquisa. XXXVIII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro/RJ, 13 a 17 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/40985/as-leis-da-bibliometria-em-diferentes-bases-de-dados-cientificos>> Acesso em 27 de novembro de 2019.

OLIVEIRA, D.T.; SANTANA, C.M.; ARAÚJO NETO, L.M.; ARAÚJO, J.D.C. Pesquisa em contabilidade no Brasil: Estudo bibliométrico de três periódicos. *REAVI*, n. 02 – Dezembro 2012.

PASSARINHO, N. Tragédia com barragem da Vale em Brumadinho pode ser a pior no mundo em 3 décadas. *BBC NEWS Brasil* (Online). Publicado em 29 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47034499>> Acesso em 12 de novembro de 2019.

PORTAL G1. Desastre ambiental: petróleo nas praias do Nordeste. *Portal G1* (Online). Publicado em 22 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo>>.



com/natureza/desastre-ambiental-petroleo-praias/noticia/2019/10/22/voluntarios-contam-por-que-ajudam-na-limpeza-de-praias-atingidas-por-oleo-no-nordeste-e-relatam-o-que-viram-no-local.shtml> Acesso em 11 de novembro de 2019.

RAMPAZZO, S.E.; CORRÊA, F.Z.M. Desmitificando a Metodologia Científica. Erechim, RS: Habilis, 2008.

RODRIGUES, R.C.; VIEIRA, A.P.R.; SANTOS, S.M.; CABRAL, A.C.A.; PESSOA, M.N.M. Contabilidade no terceiro setor: Estudo bibliométrico no período de 2004 – 2014. Contexto, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 70 – 81, 2016.

SOUSA, R.M.C.; NAKAJIMA, N.Y.; OLIVEIRA, E.B. ICMS Ecológico: Instrumento de Gestão Ambiental. Perspectiva, v.35, n. 129, p. 27-43, março/2011.

SOUZA, E.R.F.; SOUZA, M.S.; VALENTIM, I.C.D.; OLIVEIRA, A. S. Análise bibliométrica do perfil dos estudos acerca do Imposto sobre operação relativa à Circulação de Mercadoria e Serviços. RBC, V. 234, p. 80 – 91, 2018.

TEIXEIRA, L.M.S.; RIBEIRO, M.S. Estudo

bibliométrico sobre as características da contabilidade ambiental em periódicos nacionais e internacionais. RGSA, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 20-36, jan./abr., 2014.

TINOKO, J.E.P.; KRAEMER, M.E.P. Contabilidade e Gestão Ambiental. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO. Repasse do ICMS Ecológico, diz TCE-PE. Gerência de Jornalismo(GEJO). Publicado em fevereiro de 2019. Disponível em < <https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/repasse-do-icms-ecologico>>. Acesso em 13 de novembro de 2019.

VEIGA, Edison. Brasil e EUA lideram retrocessos ambientais, aponta estudo que abrange mais de um século. BBC NEWS Brasil (Online). Publicado em 30 de maio de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48463000>> Acesso em 12 de novembro de 2019.

VIALI, A. ICMS ecológico, regulamentado em 17 Estados, é exemplo de sucesso no país. FOLHA DE SÃO PAULO (Online). Publicado em 07 de outubro de 2017. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/10/1924779icmsecologicoregulamentado-em-17->

estados-e-exemplo-de-sucesso-no-pais.shtml>. Acesso em 13 de novembro de 2019.

VIEGAS, A. ICMS Ecológico deve ser rateado por 63 municípios de MS em 2017. Portal G1(Online). Publicado 01 de julho de 2016. Disponível em:<<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/07/icms-ecologico-deve-ser-rateado-por-63-municipios-de-ms-em-2017.html>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

VOLPATO, F.G.O.; TAVARES, M.F.N. Uma Análise dos reflexos nas demonstrações contábeis da Vale SA após o reconhecimento de Passivos ambientais pela Samarco SA. X Seminário UFPE de Ciências Contábeis, Recife- Pernambuco, 2016. Disponível em < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/SUCC/article/view/3579/4992> >. Acesso em 14 de novembro de 2019.

XERENTE, P.P.G.S.; BILAC, D.B.N. Análise do valor do ICMS ecológico aplicado em terras indígenas no município de Tocantínia- TO. Revista Humanidades e Inovação, v.5, n.2, p. 2, 2018.



Havana Maria Oliveira Barbosa: Bacharelanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Sergipe, campus de Itabaiana, havanabarbosa@gmail.com.



Laís Nascimento Santana: Bacharelanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Sergipe, campus de Itabaiana, laisufs.2017@gmail.com.



Givonete dos Santos Mendonça: Bacharelanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Sergipe, campus de Itabaiana, givonete4@hotmail.com.



Nadielli Maria dos Santos Galvão: Professora da Universidade Federal de Sergipe, campus de Itabaiana. Mestra em Ciências contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro Academista da Academia Sergipana de Ciências Contábeis, profa.nadielligalvao@gmail.com